

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.580.789 - RS (2016/0024894-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
**RECORRIDO** : MARCO ANTÔNIO CARVALHO DA ROSA  
**RECORRIDO** : MARCO ANTONIO CAROU LEANDRO  
**RECORRIDO** : MAGDA SUZANA NOVO  
**RECORRIDO** : MAIBA MIKHAEL NADER  
**RECORRIDO** : MANOEL AFONSO GONCALVES  
**RECORRIDO** : MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS PEREIRA  
**RECORRIDO** : MARA ALICE CORREA MOREIRA  
**RECORRIDO** : MARA CATARINA AMARO CAMACHO  
**RECORRIDO** : MARA SERINEIVA LIMA BARENHO  
**RECORRIDO** : MARCEL AZEVEDO OLINTO  
**RECORRIDO** : MARCELO CORNETET  
**RECORRIDO** : MARCELO MORAES GOULARTE  
**RECORRIDO** : MÁRCIA MARCY DAGAGNY MARQUES  
**RECORRIDO** : MARCIANO MENDES  
**RECORRIDO** : MARCILIO DE OLIVEIRA BASTOS FILHO  
**RECORRIDO** : MARCIO SARRES PESSOA  
**RECORRIDO** : MADIR SOARES FARIAS - SUCESSÃO  
**RECORRIDO** : MARCI SOARES FARIAS - SUCESSOR  
**RECORRIDO** : MARLENE FARIAS CORREA - SUCESSOR  
**RECORRIDO** : MARLETE FARIAS DOS SANTOS - SUCESSOR  
**RECORRIDO** : MARLI FARIAS VARGAS - SUCESSOR  
**RECORRIDO** : MAURA SOARES FARIAS - SUCESSOR  
**RECORRIDO** : MAURO SOARES FARIAS - SUCESSÃO  
**RECORRIDO** : MARCIA SOARES FARIAS - SUCESSOR  
**RECORRIDO** : LINDENMEYER ADVOCACIA E ASSOCIADOS  
**ADVOGADO** : LEANDRO DE AZEVEDO BEMVENUTI E OUTRO(S) - RS059893

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial interposto por FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, com fundamento no art. 105, III, a, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO EMBARGADA. HONORÁRIOS. MP 2.225-45. LIMITAÇÃO DA INCORPORAÇÃO DO ÍNDICE DE 3,17%.

- Em 29/09/2004 o Supremo Tribunal Federal (Recurso Extraordinário 420.816/RS) declarou, incidentalmente, a constitucionalidade do art.

1º-D da Lei 9.494/97 (vide Informativo n.º 363/2004), cuja Ata da sessão foi publicada no DJU de 06.10.2004: 'O Tribunal conheceu do recurso e declarou, incidentalmente, a constitucionalidade da Medida Provisória n.º 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, com interpretação conforme de modo a reduzir-lhe a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa contra a Fazenda Pública (Código de Processo Civil, art. 730), excluídos os casos de pagamentos de obrigações definidos em lei como de pequeno valor, objeto do § 3º do art. 100 da Constituição.' - Firmada a posição pelo c. STF, três situações distintas podem surgir acerca da fixação de honorários em execução movidas contra a Fazenda Pública, quais sejam: a) são devidos honorários advocatícios nas execuções contra a Fazenda Pública ajuizadas antes da publicação da MP n.º 2.180-35/2001; b) não são devidos honorários para as execuções contra a Fazenda Pública não embargadas e ajuizadas após a publicação da referida MP, nos casos em que o pagamento venha a ser efetuado por meio de precatório, ou seja, em que o valor da condenação seja superior ao equivalente a 60 salários mínimos; c) são devidos honorários nas execuções, inclusive não embargadas, cujo pagamento se efetue por RPV (valor até o equivalente a 60 salários mínimos).

- Tratando-se de valor superior a 60 salários mínimos, não são devidos honorários na execução. Opostos embargos, poderá haver fixação na ação incidental.

- O direito à percepção da diferença de reajuste no percentual de 3,17% sobre os vencimentos a partir do mês de janeiro de 1995, fica limitado pela superveniente concessão do reajuste ou reestruturação da carreira, nos termos do art. 10 da MP 2.225-45/2001, de 31.12.01.

- Admite-se a absorção da diferença vencimental de 3,17% proveniente da Lei n.º 8.880/1994 no caso de superveniente concessão do próprio reajuste ou de reestruturação da carreira, desde que resultante em níveis remuneratórios mais elevados" (fl. 922/923e).

Opostos Embargos de Declaração, foram parcialmente acolhidos, por acórdão que recebeu a seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA.

- A interposição de embargos de declaração, ainda que tenham em vista o prequestionamento, deve observar os limites traçados no art. 535 do CPC (obscuridade, contradição, omissão). Não ocorrendo qualquer uma dessas hipóteses, descabe o manejo do recurso em

apreço.

- Embargos de declaração acolhidos apenas para efeitos de prequestionamento" (fl. 983e).

A recorrente sustenta, nas razões de Recurso Especial, ofensa aos arts. 20, 21 503, **caput** e parágrafo único, 515, **caput**, 522 e 523, 741, V, 743, 794, I, e 795, do CPC/73; 1º-D da Lei 9.494/97, e 100 da CF/88, conforme será demonstrado a seguir:

## **"II. A DEMONSTRAÇÃO DO CABIMENTO DO RECURSO INTERPOSTO**

O r. acórdão recorrido, ao decidir a controvérsia dos autos, restou por contrariar, dentre outros, os artigos 503, 'caput' e parágrafo único, 515, 'caput' (dialeiticidade), 522 e 523, 794, I, e 795, todos do CPC, 1º-D da Lei 9494/97, 20 § 4º, 741, V e 743 do CPC, artigos 20 e 21 do CPC, art. 1º-D da Lei 9494/97 e art. 100 da Carta Magna, conforme será demonstrado a seguir.

Havendo tal contrariedade aos referidos dispositivos, presente está a hipótese da letra "a" do item III do artigo 105 da Constituição Federal, pelo que cabível o presente recurso.

## **III. VIOLAÇÃO AO ART. 535, I E II, DO CPC**

(...)

A autarquia recorrente opôs embargos declaratórios visando ao prequestionamento. Solicitou manifestação do colegiado acerca da aplicabilidade dos artigos 503, 'caput' e parágrafo único, 515, 'caput' (dialeiticidade), 522 e 523, 794, I, e 795, todos do CPC, 1º-D da Lei 9494/97, 20 § 4º, 741, V e 743 do CPC, artigos 20 e 21 do CPC, art. 1º-D da Lei 9494/97 e art. 100 da Carta Magna. Mas tais dispositivos legais foram suscitados com vista ao exame acurado da questão, especialmente no que toca ao conhecimento do agravo retido interposto, bem como quanto à provisoriedade dos honorários fixados no início da execução.

Contudo, os embargos foram rejeitados, sem que tenha havido o necessário debate analítico acerca da aplicação, ao caso, dos dispositivos tidos por violados. Limitou-se o órgão julgador a realizar a transcrição do julgado, bem como a apontar para o prequestionamento dos dispositivos legais suscitados no recurso de embargos declaratórios.

(...)

## **IV - DO NECESSÁRIO NÃO-CONHECIMENTO DA APELAÇÃO DOS EXEQUENTES. INVIABILIDADE DE CONHECIMENTO DO AGRAVO RETIDO INTERPOSTO.**

**AFRONTA OS ARTS. 503, “CAPUT” E PARÁGRAFO ÚNICO, 515, “CAPUT” (DIALETICIDADE), 522 E 523, 794, I, E 795, TODOS DO CPC**

Como visto, a apelação foi interposta em face de sentença que apenas declarou extinta a execução.

(...)

Ora, o agravo retido, no caso, não poderia sequer ser conhecido, por dois motivos: (a) a apelação, da qual depende, não atacou os fundamentos da sentença; e (b) o regime do agravo retido é incompatível com a execução.

(...)

Em verdade, restaram violados os arts. 503, “caput” e parágrafo único, 515, “caput” (dialeiticidade), 522 e 523, 794, I, e 795, todos do CPC, o que indica que a decisão ora recorrida merece reforma para fins de que não se fixe honorários advocatícios em favor da parte recorrida, considerando a inviabilidade de conhecimento da causa pelo Tribunal recorrido.

**V. DA FIXAÇÃO DEFINITIVA DA VERBA HONORÁRIA. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 1º-D DA LEI 9.494/97, 20 § 4º, 741, V E 743 DO CPC, DENTRE OUTROS A SEGUIR REFERIDOS - RECENTE PRECEDENTE DO EG. STJ - AgRg no REsp 1.350.039/RS**

Acaso superada a alegação supra, o que se infere é que se mostra imprópria a fixação de verba honorária para a execução de sentença de forma definitiva, senão vejamos.

(...)

A Fazenda Pública não está questionando nos presentes autos a autonomia da ação de execução e da ação de embargos, mas tão somente pretende ressaltar que o desfecho da ação de embargos poderá influenciar diretamente no resultado do processo de execução quando esses embargos forem total ou parcialmente providos.

Este é o entendimento abraçado pela Segunda Seção do Eg. STJ no julgamento dos Embargos de Divergência em REsp 598.730-SP, uma vez que aquele órgão julgador fixou entendimento no sentido de que no caso de provimento parcial dos embargos a verba honorária fixada para ambas as ações, de execução e de embargos, deverá ser única em favor do credor, e incidirá sobre o valor remanescente da execução.

No caso da Fazenda Pública, a questão da provisoriedade da verba honorária é ainda mais forte, uma vez que a condenação em honorários nas execuções contra a Fazenda Pública em regra não

será cabível.

(...)

**Verifica-se que neste caso, o fundamento para o cabimento dos honorários advocatícios não é a autonomia, uma vez que o cumprimento de sentença é atualmente uma fase do processo judicial e não uma ação autônoma. Porém, os honorários seriam devidos uma vez que a parte devedora deveria ter cumprido espontaneamente a obrigação. Assim, a falta de cumprimento espontâneo deu causa ao seguimento do processo para a fase de cumprimento coercitivo da sentença judicial.**

(...)

Verifica-se que o STJ, através da Corte Especial, aplicou o princípio da causalidade na fixação de honorários no cumprimento de sentença bem como afastou a possibilidade de dupla condenação em honorários em caso de impugnação. Tais decisões não analisaram a possibilidade da fixação de honorários sob o enfoque da autonomia do cumprimento de sentença e da impugnação mas com fundamento no princípio da causalidade, que defendemos também deva nortear a interpretação dos artigos 20 e 21 do CPC nas execuções contra a Fazenda Pública. Os artigos 20 e 21 do CPC devem, assim, ser interpretados com a aplicação do princípio da causalidade e em harmonia com as disposições contidas no art. 1º-D da Lei 9.494/97 e no art. 100 da Carta Magna.

(...)

Não há dúvida de que somente ao final do processo, estando a execução embargada, é que se saberá qual o valor efetivamente devido. Portanto, o percentual dos honorários somente pode ser fixado com o trânsito em julgado dos embargos" (fls. 1.015/1.030e).

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 1.109/1.113e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 1.116/1.117e).

A irresignação não merece acolhimento.

Inicialmente, em relação ao art. 535 do CPC, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido, julgado sob a égide do CPC/73, não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL

MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

Com relação ao cabimento de agravo retido no processo de execução contra a Fazenda Pública, o acórdão recorrido assim apreciou a matéria:

"Nos termos do art. 522 do Código de Processo Civil, a regra é o agravo na modalidade retida.

Ainda que o processo de execução não comporte sentença de mérito, não significa a impossibilidade de que seja extinto, nas hipóteses dos artigos 267 ou 794 do CPC, caso em que se resolverá a relação processual através de sentença. Assim, **embora não seja usual a interposição de agravo retido na fase de execução, é certo que remanesce a principal utilidade do recurso, qual seja, evitar a preclusão**, podendo ser renovada a insurgência por ocasião do julgamento da apelação eventualmente interposta.

Mesmo que no mais das vezes a utilidade do recurso durante o processo executivo imponha a necessidade do agravo na via instrumental, não significa a impossibilidade total do agravo retido. Nos termos do art. 795 do CPC 'a extinção só produz efeito quando declarada por sentença', de modo que nesse momento caberá a interposição da apelação, ocasião em que o agravante deverá requerer que o tribunal conheça do agravo retido preliminarmente.

Além disso, cumpre ao Tribunal o exame final de admissibilidade do recurso na forma do art. 523, caput e § 1º, do CPC. Assim, mesmo que o Juízo Singular entenda não ser a modalidade retida a mais apropriada, não pode deixar de receber o recurso, sob pena de antecipar-se ao exame que deverá ser realizado apenas em sede de apelação, consoante expressa disposição legal" (fl. 912e).

Com efeito, a Corte de origem, ao analisar a controvérsia, asseverou que "embora não seja usual a interposição de agravo retido na fase de execução, é certo que remanesce a principal utilidade do recurso, qual seja, evitar a preclusão". Entretanto, tal fundamento não foi impugnado pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial.

No que se refere aos honorários, a questão também incide no óbice da Súmula 283 do STF. Isso porque o Tribunal de origem fundamentou a questão no sentido de que: "A se entender que os honorários advocatícios que não eram devidos na execução superior a sessenta salários mínimos passem a ser devidos apenas porque opostos embargos, os embargos parciais acarretariam agravamento desarrazoado da situação do devedor. (...)

Mais do que isso, mesmo os embargos totalmente justificados e procedentes estariam a dar causa ao agravamento da situação do devedor, que passaria a dever honorários na execução. (...) Não é isso, parece-me, o que a decisão do Supremo estabeleceu. **A Suprema Corte estabeleceu regras para o cabimento de honorários na execução INDEPENDENTEMENTE da oposição de embargos. Opostos embargos, novos honorários serão, se for o caso, devidos nos respectivos autos, mas sem influência outra nos honorários da execução que não a eventual diminuição da base de cálculo dos honorários eventualmente devidos**" (fl. 925e). No entanto, a recorrente mais uma vez não cuidou de impugnar referidos fundamentos.

Portanto, incide, nas hipóteses, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

**3. A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**

4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.

5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **não**

**conheço** do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, na origem, de recurso interposto contra decisão proferida na vigência do CPC/73

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES  
Relatora